



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Territórios: Cidades e Campos [AT]

Alentejo e Trabalho Agrícola: Encruzilhadas do desenvolvimento no século XXI

HERMOZILHA, Patrícia Alexandra

Mestre em Património; CICSNOVA – UÉvora; patriciahermozilha@gmail.com

Resumo

Em Portugal é a partir dos anos 50 que a o êxodo rural se acentua, as causas são múltiplas, mas há grandes linhas que ajudam a perceber este fenómeno, destacando-se: a insuficiência de rendimentos provenientes da atividade agrícola, a insegurança laboral, na medida em que, o trabalho no campo é sazonal, não é contínuo e está dependente do clima. O desejo de ter uma melhor qualidade de vida, uma nova profissão, uma nova especialização, são factores que influenciaram a decisão de abandonar o meio rural e partir em busca de melhores condições de vida. A insuficiência das atividades económicas, a falta de oportunidades de emprego, as limitações dos mercados locais, a perda e o envelhecimento da população, os insuficientes serviços e equipamentos, a marginalização territorial, são, entre outras, questões encaradas como obstáculos ao desenvolvimento no Alentejo rural.

Considera-se, no entanto, que os moldes sobre os quais se desenvolve o atual trabalho agrícola no Alentejo ocultam numa realidade pouco explorada, mas que descortinada, conduz-nos a pertinentes considerações. O sector agrícola no Alentejo, convoca um grande número de pessoas que, ainda que há mercê da sazonalidade da atividade, são deslocadas dos seus países de origem para aldeias e vilas alentejanas, trazendo novas dinâmicas e sociabilidades aos territórios alentejanos.

Abstract

In Portugal is since the 1950 that the rural exodus increases, many causes explain it, but there are big lines that help to understand this phenomenon: insufficient income from agricultural activity, job insecurity, in that, farm work is seasonal, is not continuous and it is dependent on the weather. The desire to have a better quality of life, a new profession, a new specialization, are factors that influenced the decision to abandon the rural territory and search better living conditions. The inadequacy of economic activities, the lack of employment opportunities, the limitations of local markets, the loss and the aging population, the insufficient services and equipments, the territorial marginalization, are, among other issues, obstacles to development in Alentejo rural.

However, it is considered that the basis on which develops the current agricultural work in Alentejo hide an underexplored reality, which disclosed can leading us to relevant considerations. The agricultural sector, summons a large number of immigrant people, although there is a seasonal activity, that displaced workers from their countries to villages, bringing new dynamics and sociabilities to Alentejo.

Palavras-chave: Trabalho Agrícola; Imigração; Desenvolvimento; Alentejo

Keywords: Agricultural work; Immigration; Development; Alentejo

[COM0730]

Introdução

A atividade agrícola representa uma das grandes potencialidades do Alentejo, no entanto, quer no passado, quer nos dias de hoje sempre esteve condicionada por várias vicissitudes. Se as potencialidades do setor agrícola no Alentejo são hoje mundialmente conhecidas, já as fragilidades atuais no que respeita ao trabalho agrícola assalariado permanecem ocultas numa realidade pouco explorada, nomeadamente, a problemática referente à mão-de-obra imigrante. Neste sentido, a presente reflexão tem como objetivos: compreender a evolução do trabalho agrícola no Alentejo e consequentemente refletir em torno de questões atuais pertinentes relativas à mão-de-obra imigrante no setor agrícola.

1. Evolução do trabalho e da mão de obra agrícola no Alentejo

O sistema latifundiário que caracterizou as atividades agrícolas no Alentejo, contava com trabalhadores nacionais que migravam sazonalmente e que se instalavam nas aldeias alentejanas. António de Oliveira refere que as migrações internas ligadas ao trabalho agrícola verificam-se pelo menos desde o século XV até à mecanização da agricultura que permitiu libertar trabalhadores. Durante séculos, “ para o Alentejo, no tempo das ceifas, concorriam ranchos migratórios do Algarve e, sobretudo, do Centro e Norte de Portugal” (Oliveira, 1995: 278).

Até ao fim da década de 40 do século XX, não só no Alentejo, mas “a maioria da população portuguesa vivia da agricultura e residia em zonas rurais” (Hespanha, 1994: 85). A utilização de técnicas de cultivo tradicionais no setor agrícola implicava um grande volume de mão de obra, expressando a importância do setor agrícola em termos de emprego. Nesta esteira, Pedro Hespanha refere que: “Os sistemas de produção agrícola caracterizavam-se pela reduzida intensidade capitalística, assentando na abundância do trabalho e na utilização de técnicas de cultivo tradicionais.” (Hespanha, 1994:85)

Segundo Renato do Carmo, podia constatar-se que: “a dualidade estabelecida entre a aldeia e o monte, que caracterizava o Alentejo agrícola, representa o eixo fundamental a partir do qual se estruturavam todas as relações de produção e de classe que caracterizavam o sistema latifundiário.” (Carmo, 2007: 55). O emprego rural definiu até segunda metade do século XX classes próprias, grupos ligados a tarefas que complementam a atividade agrícola que, até à década de 50, empregava no Alentejo a maior parte dos ativos. A partir dos anos 50 deu-se um forte êxodo rural, coincidente com a industrialização do litoral e a subsequente necessidade de mão de obra nas cidades que, aliada aos inconvenientes do trabalho agrícola, tornam-se causas preponderantes para a saída de territórios de baixa densidade populacional. De 1950 para 1960 os a população ativa empregue no setor agrícola passou de 70,1 % para 67,5 (INE). Um dos factores que permitem explicar a migração de população para o litoral português e para outros países relacionou-se com a insuficiência de rendimentos devido à sazonalidade da atividade agrícola. Tratando-se de uma atividade em que as condicionantes naturais, como a dependência do clima, que gera uma incerteza relativamente às colheitas, significa que pode traduzir-se num lucro incerto. A libertação de trabalhadores rurais devido ao desenvolvimento tecnológico foi um fenómeno importante, que associado ao desejo de ter um ofício, uma profissão diferente e uma nova especialização, intensificaram os movimentos do campo para a cidade.

Na década de 60 e 70 as fracas condições laborais dos trabalhadores agrícolas persistiram, em termos de composição social no Alentejo verifica-se que, em 1960, 2,2 % da população eram patrões no setor agrícola, enquanto 55,3% dos indivíduos eram trabalhadores agrícolas. A estrutura fundiária do Alentejo foi fortemente caracterizada pela “rigidez da estrutura social determinada por uma forte desigualdade social estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados que eram a larga maioria da população” (Carmo, 2004:23).

A este respeito, Afonso de Barros, refere que o sistema latifundiário atribuía poder aos proprietários das terras em relação aos trabalhadores, uma vez que as relações sociais e económicas traduziam, “ a capacidade coerciva de que internamente se achava dotado o poder latifundista por virtude da monopolização das

condições de existência da comunidade”(Barros, 1986: 55). Afonso de Barros analisa na sua obra “Do Latifundismo à Reforma Agrária” um Alentejo caracterizado pela sua estrutura fundiária e que originou uma tentativa de superação intrinsecamente ligada a um discurso ideológico e deu ênfase ao conflito existente entre proprietários e trabalhadores rurais assalariados. O ponto alto deste conflito traduziu-se na Reforma Agrária, movimento conduzido pelos trabalhadores, que assentou na expropriação de terras e na constituição de unidades coletivas de produção geridas pelos trabalhadores assalariados.

A Reforma Agrária incidiu sobretudo a sul do país, no Alentejo e Ribatejo, devido às fracas condições socioeconómicas das populações rurais, à grande dimensão e número de explorações agrícolas e à elevada percentagem de trabalhadores assalariados. Desta forma, desenvolveu-se um forte movimento cooperativo no sector agrícola e até 1976 formaram-se 686 cooperativas, o que reflete a natureza anticapitalista e coletivista da Reforma Agrícola. A incidência distrital deste fenómeno, segundo Afonso Barros, “registou os valores mais altos nos distritos de Évora e Beja com o valor de 430 791 hectares ocupados e 316 211 hectares ocupados respetivamente” (Barros, 1986: 72). Porém, o movimento que se iniciou em 1974, ficou aquém dos seus objetivos, já que a Reforma Agrária não estava enquadrada juridicamente, constituindo, por isso, um fenómeno de incidência regional, conduzido pelas bases que se anteciparam ao poder político que se encontrava indefinido. A situação revolucionária sofre uma inversão e inicia-se um processo de recuperação capitalista da economia portuguesa. Em 1977 é feito o pedido oficial de adesão à CEE e foi aprovada a Lei de Base da Reforma Agrária que permitiu bloquear o movimento iniciado em 1974. A lei fez desaparecer unidades coletivas de produção e cooperativas agrícolas, muitos dos antigos proprietários voltaram a controlar as terras anteriormente ocupadas e outros foram indemnizados pelas expropriações.

Outro estudo sobre o Alentejo, como é exemplo, o trabalho de José Cutileiro (1977) marcou em Portugal a construção da imagem de um Alentejo de “ricos e pobres”, caracterizado pelas desigualdades assentes na riqueza gerada pela propriedade agrícola. O título da obra de Cutileiro demonstra as clivagens sociais e económicas entre lavradores e trabalhadores rurais, na sua obra de 1977, ao estudar uma freguesia no Alentejo, o autor salienta que “a terra tem vindo a desvalorizar-se, os trabalhadores rurais têm procurado trabalho fora dela e os lavradores tentam vender a suas propriedades. Quase poderíamos dizer que da fome da terra se vai passando à aversão pela terra” (Cutileiro, 1977: 381).

Por sua vez, Francisco Martins Ramos, ao visitar a vila alentejana analisada por José Cutileiro comprova que “(...) o desaparecimento dos rendeiros e seareiros, a gente nova reduzida, falhada revolucionária e legalmente uma reforma agrária, mecanizada a agricultura, o trabalho no campo é geralmente detestado pelos mais novos e naturalmente odiado pelos mais velhos” (Ramos, 1997:258). A desigualdade na distribuição da terra foi determinante para a migração de jovens que após o insucesso dos movimentos revolucionários, muitos abandonaram o interior em busca de outras condições de vida. José Cutileiro já havia relatado a aversão pela terra, podendo-se através do trabalho de Francisco Martins Ramos demonstrar a evolução em relação a esta questão. Desta forma, a revisitação à vila alentejana conclui que já não se verificam dinâmicas relacionadas com proprietários e trabalhadores, a população é maioritariamente envelhecida e os homens pobres da vila tornaram-se “proprietários da sombra” sendo a sua tarefa nos dias quentes e secos do Alentejo procurar lugares estratégicos à sombra (Ramos,1997:262).

Em 1981 a população ativa empregue no setor primário no Alentejo representava 36,6% e apesar da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia em 1986 que permitiu uma fase positiva para a agricultura, em 1991 a população ativa no setor primária decresceu para 23,2% (INE). O trabalho agrícola sofreu diversas modificações relacionada com a alteração dos modos de produção e com vários aspetos ligados à propriedade. Ocupadas grandes extensões de território agrícola no Baixo Alentejo, por empresas nacionais e estrangeiras, não descurando de todo um percurso de integração da agricultura portuguesa à Comunidade Europeia e à Política Agrícola Comum, as reconfigurações ocorridas em torno da terra revelam-se fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do Alentejo.

As mudanças ao nível da produção e do emprego são evidentes no século XXI, após a tardia revolução industrial portuguesa alcançou-se maior facilidade em produzir excedentes e formar riqueza. Nas zonas rurais mais desenvolvidas tecnologicamente onde existem empresas agrícolas e a agricultura é feita de forma industrial resultou a figura do agricultor empresário, dando-se um apagamento do fator terra em detrimento do fator capital e originando uma estrutura de produção integrada em redes abertas à economia mundial.

O Alentejo foi caracterizado por Orlando Ribeiro como uma zona de produção de culturas de sequeiro onde “os olhos procuram em vão o repouso de um quadrado de verdura”(Ribeiro,1986:158). Contudo, no se refere ao espaço físico, a região alentejana tem sofrido nas últimas décadas um processo de reconversão relativo às suas culturas. Os processos de obtenção de água desencadeados pelo progresso tecnológico, criou novas matizes na paisagem e proporcionou o desenvolvimento de culturas de regadio, com principal destaque vinha e o olival. A produção agrícola incorporou modernas tecnologias e novos modos de produção nas últimas décadas,

Fernando Oliveira Baptista, na obra a “*Alentejo: a questão da terra*”, analisa aspetos da história fundiária e agrícola desta região nos últimos setenta anos e considera que o território reflete no plano económico as fragilidades provenientes do modo como a Política Agrícola Comum tem sido aplicada em Portugal, referindo que: “a agricultura continua a ser vincadamente capitalista e marcada por uma grande assimetria na distribuição da terra” (Baptista, 2010:180).

Relativamente à população ativa empregue no setor primário, a partir do século XXI, verificam-se significativos decréscimos. Em 2001, registou-se 13% da população empregue no setor primário no Alentejo, diminuindo esta percentagem para 8,1% no primeiro trimestre de 2011 e no mesmo semestre de 2016 os valores baixaram para 7,7% (INE, 2016). Já o Recenseamento Agrícola de 2009 reporta, que nesta data, o trabalho agrícola no Alentejo contabiliza 68 575 indivíduos, sendo que 79,9% são mão de obra familiar e apenas 19,7% estão a tempo completo.

As estatísticas existentes não permitem quantificar de forma precisa o trabalho imigrante sazonal, não existindo dados que discriminem o volume deste tipo de mão de obra. Verifica-se, contudo, através da presença de imigrantes nos campos, na aldeias e vilas alentejanas, que estes são um recurso humano cada vez mais solicitado pelas empresas pelas empresas agrícolas, que alegam não haver trabalhadores nacionais disposto a exercer a atividade. Se é certo que a produção agrícola no Alentejo tem vindo a aumentar nos últimos anos e que os produtos agrícolas tem merecido um grande reconhecimento além fronteiras, incerto é o conhecimento atual acerca do trabalho imigrante temporário.

2. Mão-de-obra imigrante temporária no setor agrícola no Alentejo

O desenvolvimento do sistema capitalista no setor agrícola alentejano e a reduzida população regional e nacional disposta a trabalhar na atividade resultou num grande volume de contratação de mão de obra imigrante, maioritariamente temporária. Esta realidade permanece oculta em termos de investigação, mas não escapa ao olhar de quem percorre aldeias e vilas alentejanas, sobretudo em época de campanhas agrícolas. Várias questões se encontram por responder claramente: de onde vêm?; quantos são?; em que condições vivem?; a que circunstâncias laborais se sujeitam?; são uma mais valia para as empresas?; como se inserem na comunidade?

Relativamente à sua origem não existe informação precisa, se após o ano 2000 houve uma tendência para que se verificasse maioritariamente a presença de indivíduos vindos do leste da Europa, entre os quais romenos e ucranianos, atualmente, a origem dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais diversa, podendo constatar-se no território o aumento do número de imigrantes asiáticos.

No que se refere ao número de imigrantes sazonais não existem estatísticas que permitam ter dados concretos. Contratados principalmente por empresas de trabalho temporário que prestam serviço às empresas

agrícolas, o volume de trabalhadores não se encontra sistematizado. Como refere o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativamente à migração circular e temporária, “seria necessária uma nova estrutura estatística para a analisar o fenómeno migratório contemporâneo, nomeadamente no que respeita à circularidade e temporalidade migratória, fenómeno rico em dinâmicas e complexo nas suas dimensões” (SEF, 2010a :7). O relatório do SEF acerca das necessidades em Portugal de mão de obra imigrante contabilizou 3535 indivíduos a trabalhar em Portugal no setor agrícola em 2004, tendo este número aumentado durante 4 anos, assinalando-se 4733 trabalhadores em 2008. Os dados disponíveis, apesar de não permitirem aferir o número de trabalhadores apenas da região Alentejo, nem distinguir entre os imigrantes permanentes e temporários, retratam o aumento de trabalhadores imigrantes no setor da agricultura, produção animal, caças, floresta e pesca a nível nacional (SEF, 2010b).

No que concerne às condições habitacionais, o mais frequente é que vários imigrantes residam na mesma casa, tendo sido identificado, em alguns dos casos fiscalizados e mediatizados pelos órgãos de comunicação social, que os indivíduos vivem em condições de insalubridade. A este respeito, uma notícia de 2014 relata que “mais de 60% dos casos de exploração laboral registados em 2013 pelo SEF foram identificados no Baixo Alentejo, com um total de 119 casos encontrados no distrito de Beja (...) Foi possível apurar que os documentos de identificação destes cidadãos haviam sido retirados pela entidade patronal, que viviam em condições precárias e de elevada insalubridade” (Correio do Alentejo, 2014).

Quanto às circunstâncias laborais, por via da comunicação social surgem casos que indicam a existência de exploração laboral. Em 2015 o SEF, em conjunto com outras entidades, realizou 296 operações de fiscalização no setor agrícola, conseguiu identificar 3157 indivíduos, dos quais, 482 pessoas se encontravam em situação ilegal. Relata o SEF que: “a incidência na ação inspectiva e de fiscalização no setor agrícola permitiu um acréscimo do número de cidadãos identificados (+ 13%), verificando-se um aumento muito elevado do número de nacionais de países terceiros detetados em situação ilegal (482) (SEF, 2016: 70).

As empresas consideram o trabalho imigrante uma mais valia, por não existirem nacionais dispostos a executar os trabalhos agrícolas e porque a mão-de-obra estrangeira tem permitido um aumento da produtividade. O estudo promovido pelo Observatório da Imigração em 2004, “*Impacto e Reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas – Uma visão qualitativa*”, evidencia a perspetiva das empresas que destacam a disponibilidade e produtividade dos emigrantes, inclusivamente no setor agrícola, considerado pouco atrativo.

Apesar de se desconhecer casos de graves conflitos ou de choques culturais entre os imigrantes temporários e a população residente em aldeias e vilas alentejanas, considera-se que a promoção da interculturalidade é um desafio para as instituições locais. A maioria dos aspetos culturais dos imigrantes permanece desconhecido e o intercâmbio cultural é praticamente inexistente. É frequente que as comunidades locais rurais, na maioria constituída por população envelhecida, encare a população imigrante de forma desconfiada e com insegurança. Neste contexto, crê-se que a criação de dinâmicas interculturais são imperativas para o território.

Considerações finais

A reflexão apresentada, permite constatar que o trabalho agrícola no Alentejo foi constantemente marcado pelas desigualdades sociais entre proprietários das terras e trabalhadores assalariados. A partir dos anos 50 a população empregue no setor primário começa a decrescer, assistindo-se a um êxodo rural relacionado com os inconvenientes do trabalho agrícola, com o desenvolvimento do setor secundário no litoral e com a mecanização da agricultura que libertou mão de obra dos campos para as cidade.

A população ativa no setor primário no Alentejo sofreu uma diminuição evidente de década para década, nos anos 80 ainda 36,6% da população trabalhava no setor, passadas mais de 30 anos, o dados relativos ao

primeiro semestre de 2016 contabilizam no Alentejo apenas 7,7% de população ativa. O trabalho agrícola aparece nas estatísticas como predominantemente familiar e a tempo parcial, no entanto, o crescimento das empresas no setor e o aumento da sua produtividade, conduzem-nos a acreditar que os números reais relativamente aos trabalhadores se encontram por descortinar. Principalmente no que se refere aos trabalhos sazonais protagonizados por população imigrante, estima-se que o Alentejo recebe milhares de imigrantes em épocas sazonais, mas as estatísticas disponíveis são insuficientes para aprofundar esta questão.

A informação que é possível obter evidencia a carência de pesquisas aprofundadas, mas pode-se sumariamente relatar um conjunto de consequências da presença de imigrantes nos territórios. A respeito dos efeitos positivos dos imigrantes do setor agrícola no Alentejo, podemos destacar, a disponibilidade de mão de obra para postos de trabalhos que a população nacional não quer executar e a grande produtividade das empresas que não seria possível sem esta mão de obra. Em termos demográficos, constata-se que, ainda que sazonalmente, a presença de imigrantes contribui para o rejuvenescimento da população nas aldeias e vilas alentejanas e contraria o processo de desertificação.

Como consequências negativas no território podemos registar problemas sociais que se relacionam com a exploração laboral, a subjugação a condições de habitação insalubres, a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.

A presença de imigrantes no território acarreta efeitos negativos e positivos exigindo, por um lado, um maior controle e fiscalização e por outro lado, a promoção de dinâmicas interculturais locais com vista a favorecer a integração dos imigrantes e garantir o respeito pela dignidade humana.

Referências

- Baptista, Fernando Oliveira (2010), *Alentejo a questão da terra*, C.M. de Castro Verde e C.M. da Vidigueira, Editora 100luz.
- Barros, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Carmo, Renato Miguel do (2005), *Alentejo: entre a Urbanização e a Marginalização*, tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Carmo, Renato Miguel do (2007), *De Aldeia a Subúrbio: Trinta anos de uma comunidade Alentejana*, Lisboa, Imprensa da Ciências Sociais.
- Carvalho, Lourenço (2004). *Impacto e Reflexo do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas – Uma visão qualitativa*. Lisboa: ACIME.
- Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa
- Hespanha, Pedro (1994). *Com os Pés na Terra – Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Oliveira, António de (1995). Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900, *Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série vol. 01. Ponta Delgada, (pp.259-307). Consultado através <http://hdl.handle.net/10400.3/519>
- Ramos, Francisco (1997). *Os Proprietários da Sombra – Vila Velha Revisitada*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ribeiro, Orlando (1998 [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa: Sá da Costa.
- SEF (2010). *A Satisfação das Necessidades de Mão de Obra através da Imigração: O caso Português*. Oeiras: SEF. Através de http://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/EstudosNacionais/2010_necessidades_laborais.pdf

SEF(2010). *Migração Circular e Temporária em Portugal*. Oeiras: SEF consultado através http://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/EstudosNacionais/2010_migracao_temporaria.pdf

SEF (2016). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Oeiras: SEF. Consultado através de http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf